

PF vai pedir ao Supremo quebra do sigilo de parlamentares denunciados

CORRUPÇÃO

A Polícia Federal vai pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorização para quebrar o sigilo bancário, fiscal e patrimonial dos parlamentares acusados de envolvimento no esquema de corrupção no Orçamento da União, conforme denúncia do economista José Carlos Alves dos Santos. A PF quer a movimentação bancária e declarações de Imposto de Renda dos envolvidos, independentemente da quebra do sigilo já obtida pela CPI do Orçamento. A PF encaminhará o pedido ao STF depois do dia 20, quando encerra o prazo de 30 dias para concluir o inquérito sobre a corrupção no Orçamento.

O delegado Magnaldo Nicolau admitiu ontem que pretende pedir à Justiça a prorrogação do prazo para concluir o inquérito. Fontes na PF revelaram que as empreiteiras são "os principais alvos" da investigação policial. A polícia quer saber dos empreiteiros, que já começaram a depor, se para "cobrir os custos das propinas" os preços das obras eram superfaturados. "O preço da corrupção pode estar ligado ao superfaturamento da obra", admitiu esta fonte. O proprietário da C.R.Almeida, Cecílio Rego de Almeida, será intimado para depor nos próximos dias.

Almeida terá que explicar à PF como funciona o "esquema de corrupção" denunciado por ele, que seria liderado pela empreiteira OAS. Almeida acusou a OAS de "espalhar a propina pelo Brasil". Na segunda-feira, o diretor de desenvolvimento da OAS, Marcelo dos Santos Flores, foi ouvido pela PF. Agentes da polícia disseram que Flores admitiu que levava listas com emendas para o deputado João Alves (PPR-BA) acrescentar no Orçamento da União.

A PF pediu um levantamento completo dos recursos liberados a partir de 1989, principalmente no Ministério do Bem-Estar Social (antigo Ação Social). As empreiteiras também terão que entregar as listas de obras executadas neste período para o Governo, e as em andamento. Nos próximos dias, Magnaldo Nicolau deverá ouvir dois deputados, mas não revelou seus nomes, as datas e os locais dos depoimentos. Até ontem 15 pessoas foram interrogados pela PF.

Ouvido ontem, o doleiro Francisco Lopes Sobrinho, acusado de vender dólares ao deputado João

Raimundo Paccó



Eduardo Barbosa depôs ontem

Alves, disse não lembrar se atendia ao deputado. Eduardo Barbosa, ex-motorista do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), também depôs e confirmou que levou o deputado, em 1991, no edifício Trade Center, em Brasília, para um encontro com o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA).

CPI — A CPI do Orçamento deverá ouvir, até a conclusão dos seus trabalhos, por meio do seu relator ou das suas subcomissões, mais 21 depoimentos, segundo a previsão do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). Magalhães, relator da CPI, já está trabalhando, com o auxílio de uma equipe de três assessores do Congresso, na elaboração do seu documento final. Apenas a síntese do depoimento do ex-assessor do senador José Carlos Alves dos Santos, que denunciou o esquema de manipulação das verbas do Orçamento, já ocupa 24 páginas do relatório.

Segundo Magalhães, o seu relatório final deverá conter uma descrição dos crimes investigados, propostas de punições políticas e judiciais para os envolvidos no esquema com responsabilidade comprovada, além de um conjunto de propostas para "alterar profundamente o atual esquema de poder e distribuição de verbas orçamentárias, a fim de prevenir e dificultar a corrupção no futuro".

Ontem, o relator e o vice-presidente da CPI, deputado Odacir Klein (PMDB-RS), tiveram uma reunião para discutir um cronograma dos próximos passos da investigação.